

REVISTA

OGUANABARA

EDIÇÃO #2 FEVEREIRO DE 2024

R\$ 10 milhões em monitoramento da Baía de Guanabara

PÁG.24

Os projetos de saneamento na RH-V são destaque em 2023

PÁG.38

Fauna da região sobrevive à poluição

PÁG.42



CBH
BAÍA DE
GUANABARA
Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá



XIECOBRJ

Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro 2024

17 a 20 de abril, no Museu do Amanhã

Organização



Chegamos à segunda edição da revista “O Guanabara”, publicação do CBH Baía de Guanabara, em que enfatizamos as conquistas do colegiado e traçamos um panorama sobre a situação da nossa região hidrográfica. Nesta edição, vamos destacar o trabalho do Comitê em 2023, ano em que atingimos a nossa maioridade.

Fazendo um resgate das realizações no ano de 2023, destacamos o volume recorde de investimentos deliberados em 2023, somando mais de R\$ 31 milhões direcionados a diferentes linhas de atuação. O valor representa mais que o dobro do total arrecadado anualmente com a cobrança pelo uso da água na RH-V. Um marco histórico decorrente do amadurecimento do colegiado frente aos desafios vencidos ao longo desses 18 anos.

A criação do comitê, em 2005, foi precedida pela experiência pioneira da gestão hídrica descentralizada, participativa e integrada no estado a partir da criação dos Conselhos Gestores lagunares de Itaipu e Piratininga, em 1999, em Niterói; e da Lagoa Rodrigo de Freitas, em março de 2000, no Rio; e do Conselho Gestor da Baía de Guanabara, em abril de 2000. Esses conselhos cumpriram a diretriz da Política Estadual de Recursos Hídricos (inciso XIV, Art. 4o da Lei 3239/1999) que define como continuidade da unidade territorial de gestão o respectivo sistema estuarino e a zona costeira próxima. Na contramão desse movimento, o plano de bacia da RH-V, elaborado pelo órgão ambiental em 2005, e em fase de revisão, não incidu sobre as regiões lagunares de Jacarepaguá, Rodrigo de Freitas, Itaipu e Piratininga e Maricá-Guarapina.

Para sanar essa lacuna, na revisão do Plano de Bacia, que está em curso, o CBH Baía de Guanabara presta uma relevante contribuição ao sistema de gestão hídrica fluminense ao implementar os primeiros Planos de Manejo de Usos Múltiplos de Lagoa ou Laguna (PMUL's), instrumento previsto na Lei 3239/1999 (Art.15) sem nunca ter sido regulamentado. A partir da aprovação da revisão do nosso Plano de Bacia - a primeira desde sua redação em 2005 - o Comitê terá, finalmente, um documento programático, construído coletivamente, para orientar o desenvolvimento local e regional e a execução de programas e obras, visando estimular a recuperação e a preservação dos recursos hídricos em toda RH-V, na próxima década.

Paralelo à revisão do nosso plano de bacia, aprovamos o conjunto de diretrizes de educação ambiental do Comitê, que irá nortear os trabalhos sobre o tema dentro do colegiado, e elaboramos um conjunto de diretrizes que, após avaliação do plenário do Comitê, deverá balizar a contratação sustentável de serviços, obras e compras.

Fundamental para o avanço da gestão hídrica na RH-V, o debate sobre enquadramento dos corpos de água em classes foi pautado pela Diretoria e pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) em 2023. Para trilharmos esse avanço, em 2024 vamos aportar mais R\$ 10 milhões na ampliação do programa de monitoramento quali-quantitativo da RH-V, que em 2023 recebeu o Prêmio Prosegh durante o Seminário Estadual de Saneamento e Meio Ambiente 2023. O prêmio reconhece instituições e iniciativas que contribuem para a segurança hídrica fluminense e para a disponibilidade de água da população. Receber esse prêmio devido ao programa só confirma que estamos caminho certo em monitorar e conhecer o território para apoiar as tomadas de decisão referentes aos recursos hídricos.

Além de relatar essas conquistas e investimentos, nessa edição vamos lançar luz a temas que são de extrema preocupação para a região hidrográfica e fundamentais para o bom funcionamento do nosso ecossistema, que dizem respeito às mudanças climáticas, já uma realidade; à preservação da fauna; à importância dos serviços de saneamento; e à educação ambiental.

Esperamos que as leituras possam contribuir para uma visão da situação da nossa região hidrográfica e que a partir delas seja despertado o senso da preservação e proteção dos nossos corpos hídricos para esse ano que se inicia.

Boa leitura!



Adriana Bocaiuva
diretora-presidente
do CBH Baía de Guanabara



EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ

Rua da Quitanda, 185 - sala 402 - Centro, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.091-005 | (21) 97374-3674 - (24) 3355-8389
www.comitebaiadeguanabara.org.br

Diretoria do Comitê: diretoria@comitebaiadeguanabara.org.br
Secretaria Executiva: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

Diretora-Presidente: Adriana Bocaiuva
Vice-Diretor-Presidente: Magno Neves
Diretor-Secretário: Rogério Rocco
Diretor-Administrativo: João Flávio Paes Werneck
Diretor-Técnico: Halphy Cunha Rodrigues
Diretor de Comunicação: Gustavo Mello de Souza Sardenberg

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A)
Manejo - Resende/RJ / Cep: 27520-005
(24) 3355-8389
www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br

Produção
Prefácio Comunicação
Rua Dr. Sette Câmara, 75
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG / CEP: 30380-360
(31) 3292-8660
www.prefacio.com.br

Editora e Jornalista responsável: Ana Luiza Purri (MG 05523 JP)
Coordenação: Isabela Lobo
Redação: Thaís Nascimento, Laura Baraldi e Gabriel Figueredo
Projeto Gráfico: Tércio Lemos
Diagramação e Infografia: Rodrigo Valente
Edição e Revisão: Alexandre Magalhães

Fiscalização e Acompanhamento:
Gustavo Sardenberg

Foto de capa: Luiza Bragança/Prefácio Comunicação

SUMÁRIO

Investir para melhorar a qualidade das águas	6
Aprovado investimento de 28 milhões para obras de estabilização do Canal de Itaipu	11
Plano de manejo e preservação das lagoas foram temas centrais do Subcomitê Jacarepaguá em 2023	13
Iniciativas de recuperação da Lagoa Rodrigo de Freitas foram destaques em 2023	14
Debates e eventos foram destaques durante o ano	17
Audiência pública sobre a situação do sistema lagunar foi destaque em Maricá	19
Situação do aterro sanitário de Jardim Gramacho e ampliação da REBIO do Tinguá foram temas do Subcomitê em 2023	21
Comitês de monitoramento das concessões de água e esgoto se organiza para dar início a atividades	22
Ampliação do monitoramento	24
RESULTADOS DO ANO DE 2023 de cada subcomitê	27
Presença do CBH Baía de Guanabara no XXV ENCOB	30
Grupo de Trabalho de Integração Costeira pretende articular a gestão hídrica e o gerenciamento costeiro	32
Educação ambiental na perspectiva dos recursos hídricos	34
Impacto das mudanças climáticas nos recursos hídricos	36
Universalização do saneamento na RH-V	38
Monitoramento e ECOB: as prioridades do Comitê para o ano de 2024	40
A biodiversidade resiste	42

INVESTIR PARA MELHORAR A QUALIDADE DAS ÁGUAS

EM 2023, O CBH BAÍA DE GUANABARA INVESTIU EM PROJETOS DE MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL DA BACIA, ALÉM DE TER PARTICIPADO DOS PRINCIPAIS DEBATES ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE GESTÃO HÍDRICA.



Diego Miranda

Investimentos em monitoramento da região hidrográfica e em projetos de melhoria da qualidade ambiental da bacia, além de debates sobre água e meio ambiente, marcaram o trabalho do CBH Baía de Guanabara em 2023. Um dos maiores destaques foi o monitoramento quali-quantitativo da Baía de Guanabara, que recebeu o Prêmio Prosegh 2023 na categoria qualidade ambiental, além da aprovação do aporte de R\$ 10 milhões na ampliação do projeto.

No ano em que o Comitê completou 18 anos, a diretora-presidente, Adriana Bocaiuva, afirma que, mesmo com muitos desafios a superar, os sinais de recuperação da Baía de Guanabara são perceptíveis, como consequência dos investimentos aportados pelas concessionárias de água e esgoto, somados aos projetos promovidos pelo Comitê.

Monitoramento quali-quantitativo

O Comitê aprovou aporte de R\$ 10 milhões na ampliação dos estudos ambientais e do monitoramento quali-quantitativo da água e de sedimentos no território. A previsão é que os trabalhos comecem em abril de 2024 e se estendam por 18 meses.

Nessa nova fase do programa, serão monitorados pontos do espelho d'água da Baía de Guanabara e da foz dos rios e canais que desaguam nela. Ao todo, serão medidos 78 parâmetros de qualidade da água, por meio de coletas periódicas de amostras. Também serão realizadas análises laboratoriais, de acordo com padrões de qualidade da água, além de monitoramento por satélite de acompanhamento do crescimento de flora nociva.

Atualmente, o Comitê monitora 93 pontos distribuídos ao longo dos corpos d'água dos 17 municípios contemplados pela Região Hidrográfica V (RH-V). O programa acompanha 13 parâmetros de qualidade, dos quais 10 são determinantes para mensurar o índice de qualidade da água (IQA), e mede a vazão em 50 pontos. A iniciativa foi reconhecida pelo Prêmio Prosegh 2023 na categoria qualidade ambiental.



Saiba mais sobre a Lei aprovada



Assista ao evento

O intuito do programa de monitoramento é aperfeiçoar a gestão dos recursos hídricos da bacia, potencializando os resultados alcançados por meio da aplicação mais assertiva dos recursos investidos pelo Comitê, como afirma Adriana. “O monitoramento da qualidade das águas é instrumento fundamental para a gestão de recursos hídricos, sem o qual não podemos nortear nosso planejamento. A ampliação desse instrumento em nossa região hidrográfica subsidiará o debate sobre enquadramento dos corpos hídricos e o dimensionamento dos investimentos para alcançarmos as metas pactuadas”, informa.

Investimentos em projetos

Dentre outros investimentos feitos pelo Comitê durante o ano, estão as parcerias com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com aporte de R\$ 500 mil para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, e de cerca de R\$ 420 mil para a elaboração do Plano de Manejo do Mosaico das Vargens, que visa regulamentar o manejo de duas unidades de conservação criadas em 2022. O Plano de Manejo tem o intuito de preservar os diferentes ecossistemas da Região das Vargens, relevante área de recarga do lençol freático.

Além disso, foram concluídas as obras de serviços de saneamento básico e drenagem pluvial na Comunidade do Cabrito, em Niterói, impactando a vida de centenas de moradores. Outra iniciativa levada adiante no município, em parceria com a Prefeitura, foi a elaboração do projeto executivo de sistemas alternativos de esgotamento sanitário em 172 lotes que margeiam o alto curso do Rio Jacaré.

Já em Guapimirim, foram concluídos os estudos básicos e a concepção de projetos de esgotamento sanitário para o bairro Vale das Pedrinhas. Além disso, foram investidos cerca de R\$ 11 milhões em ações relacionadas ao saneamento alternativo nas diversas sub-regiões hidrográficas.

Debates durante o ano

Como parte das ações do Comitê em 2023, destacam-se ainda a articulação com diversos atores e a participação nos principais debates sobre a gestão das águas, em níveis estadual e nacional.

Em abril, os comitês de bacia fluminenses, com participação do CBH Baía de Guanabara, realizaram uma grande articulação com o Poder Legislativo para a aprovação do projeto de lei que altera a alocação dos investimentos em saneamento dos CBHs. A lei foi sancionada pelo Governo Estadual em maio, fruto de sensibilização dos legisladores, por parte dos comitês, sobre a pauta hídrica.

Além disso, o Comitê participou de diversos eventos nacionais com a temática gestão hídrica. Um deles foi o XXV ENCOB 2023, realizado em Natal (RN). Além disso, em outubro, sediou a reunião bimestral do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográficas (FNCBH), que contou com participação dos Fóruns Estaduais de 16 estados e dos 10 Comitês Federais para troca de experiências sobre a gestão hídrica nas diferentes regiões.

Como forma de propor debates em prol da região hidrográfica, o Comitê realizou em junho o evento virtual “Combate ao Lixo Marinho na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara”, quando ONGs, representantes da sociedade civil, pesquisadores e poder público apresentaram dados sobre a poluição plástica no território e as ações que estão sendo realizadas em combate ao lixo.

Por meio do Subcomitê Leste, também foi realizada, em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o 1º Encontro Técnico Sobre Alternativas de Abastecimento Hídrico da Região Leste da Baía de Guanabara, em que foi debatida a disponibilidade e a qualidade hídrica da região.

E, para finalizar o ano, em comemoração aos 18 anos do colegiado, foi realizado, por meio do Subcomitê Jacarepaguá, o seminário “Um olhar sobre o sistema lagunar de Jacarepaguá”. O evento foi dividido em quatro mesas, que apresentaram ações de diversas organizações em prol da preservação das lagoas e debateram a situação ambiental da região.

RETROSPECTIVA 2023

JANEIRO

Relatório Digital sobre o Cenário Ambiental da RH-V



FEVEREIRO

Recebimento do aceite do INEA para estudo de proposta de ampliação das unidades de conservação estaduais no entorno da Reserva Biológica do Tinguá (REBIO Tinguá)



MARÇO

Aprovação no investimento de R\$ 11 milhões para projetos em 2023



ABRIL

Contratação do projeto de esgotamento sanitário para o bairro Vale das Pedrinhas, em Guapimirim



MAIO

sanção da Lei nº 10.017/23, que determina a desvinculação de percentual dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento. O CBH Baía de Guanabara participou na articulação e sensibilização sobre o tema.



JUNHO

realização do seminário “Combate ao Lixo Marinho na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara”



JULHO

Programa de monitoramento quali-quantitativo recebe Prêmio Prosegh



AGOSTO

Participação no XXV ENCOB 2023



SETEMBRO

Aprovação do investimento de R\$ 10 milhões na ampliação do monitoramento quali-quantitativo



OUTUBRO

Rio de Janeiro sedia a reunião bimestral do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográficas (FNCBH)



NOVEMBRO

Realização do seminário “Um olhar sobre o sistema lagunar de Jacarepaguá”.



DEZEMBRO

Lançamento da campanha “Se Liga, Condomínio”





GIRO PELA BAÍA

SUBCOMITÊ CLIP

APROVADO INVESTIMENTO DE 28 MILHÕES PARA OBRAS DE ESTABILIZAÇÃO DO CANAL DE ITAIPU

Foi aprovado pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), em dezembro de 2023, financiamento para a realização das obras de estabilização do Canal de Itaipu, na Região Oceânica de Niterói (RJ). O investimento será de R\$ 28 milhões e o anúncio foi feito pelo prefeito Axel Grael durante a Conferência sobre o Clima da Organização das Nações Unidas (COP 28), em Dubai, nos Emirados Árabes.

O sistema lagunar de Itaipu e Piratininga vem sofrendo com alterações de suas características naturais devido a ações humanas, como ocupação desordenada do entorno, lançamento de esgoto sanitário in natura e transporte de lixo e outros sedimentos para as águas.

Ações emergenciais

Em conjunto, as secretarias municipais de Obras e de Conservação e Serviços Públicos (Seconser) realizam regularmente ações emergenciais para retirada do excesso de areia do Canal de Itaipu, que liga as águas da lagoa ao mar. O objetivo é minimizar o impacto do assoreamento, que se dá quando o encontro dos cursos



d'água é afetado pelo acúmulo de sedimentos. Embora essa barreira normalmente seja exercida pela vegetação local, a ligação com o mar é fundamental para a manutenção da qualidade da água e para a sustentação da vida na lagoa.



PLANO DE MANEJO E PRESERVAÇÃO DAS LAGOAS FORAM TEMAS CENTRAIS DO SUBCOMITÊ JACAREPAGUÁ EM 2023

O ano de 2023 para o Subcomitê Jacarepaguá foi de muita articulação e debates em prol do sistema lagunar. A preservação, o combate ao despejo de esgoto nas lagoas e a elaboração de planos de manejo foram temas centrais durante todo o período.

Foi aprovada a destinação de recursos financeiros de até R\$ 420 mil para a elaboração do Plano de Manejo do Mosaico das Vargens (Unidades de Conservação REVIS dos Campos de Sernambetiba e APA do Sertão Carioca). O intuito do plano é regulamentar o manejo de duas unidades de conservação criadas em 2022 e preservar os diferentes ecossistemas da Região das Vargens, relevante área de recarga do lençol freático.

Além disso, foi elaborado um projeto básico de intervenções no entorno do Canal das Taxas, que englobam serviços especializados para estudo de concepção das alternativas ecológicas de esgotamento sanitário da região. O objetivo do projeto é proteger, conservar e assegurar a oferta dos serviços ecossistêmicos da área de APP.

O subcomitê também participou dos debates sobre os projetos de transporte aquaviário nas lagoas.

Um olhar sobre o sistema lagunar

Em comemoração aos 18 anos do CBH Baía de Guanabara, o Subcomitê realizou o seminário “Um olhar sobre o sistema lagunar de Jacarepaguá”, no final de 2023. O evento foi dividido em quatro mesas, em que foram apresentadas as ações do Comitê, do poder público, da

concessionária Iguá, das associações comunitárias da região e das ONGs que atuam em prol da preservação das lagoas. Além disso, especialistas e membros da academia debateram a situação ambiental da região.

O seminário contou com as participações do diretor-secretário do CBH Baía de Guanabara, Rogério Rocco; do subsecretário de biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro, Hélio Vanderlei; da analista ambiental da Coordenadoria de Estudos Ambientais do INEA, Fátima Soares; do jornalista Emanuel Alencar; do presidente do bloco 2 do Comitê de Monitoramento das Concessionárias de Água e Esgoto e representante da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, Eduardo Figueira; do gerente operacional de esgoto da Iguá, Ícaro Maltha; e da representante da Associação de Moradores do Jardim Oceânico, Leonora Vasconcellos.

Além deles, participaram o professor da UFRJ e membro do CBH Baía de Guanabara, José Paulo Azevedo; o coordenador da Câmara Técnica Costeira (CTCOST) do Comitê, Paulo Harkot; o coordenador do subcomitê Jacarepaguá, Michel Costa; a representante do Grupo Patativas e suplente da AMOR no CONSEMAC, Isabelle de Loys; o representante da Comunidade Santa Luzia, Ricardo Mendonça; e o co-fundador do Movimento Baía Viva, Sérgio Ricardo de Lima.

Uma das metas para 2024 será o aprimoramento da campanha “Se Liga, Condomínio!”, lançada no final de 2023, em parceria com a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT). A campanha tem como objetivo conscientizar os moradores da Barra da Tijuca quanto à importância da ligação da rede de esgoto da concessionária responsável pelos serviços de saneamento na região.

CANAL DAS TAXAS





Luiza Bragança

INICIATIVAS DE RECUPERAÇÃO DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS FORAM DESTAQUES EM 2023

As ações de recuperação de um dos principais cartões-postais do Rio de Janeiro, a Lagoa Rodrigo de Freitas, marcaram o ano de 2023 no Subcomitê. As iniciativas partiram tanto de parcerias firmadas pelo próprio colegiado quanto da Águas do Rio, concessionária responsável pelo serviço de água e esgoto na região.

Foi firmada uma parceria com a Fundação Rio Águas para planejamento e execução da readaptação da comporta de manejo da própria lagoa, no canal da Rua General Garzon. O projeto prevê a troca da compor-

ta e a ampliação da abertura do canal, para promover melhor escoamento das águas da chuva. “Atualmente o local é um gargalo na drenagem de grande parte de bairros de ligação com a zona sul da cidade”, afirma a coordenadora do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas, Vera Chevalier.

Já a Águas do Rio realizou obras de revitalização, além de um evento sobre a realidade da lagoa. Dentre as obras estão a reforma de 26 estações elevatórias que compõem o sistema de esgotamento sanitário da Zona Sul da capital – 13 delas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. De acordo com a Águas do Rio, as estações

funcionavam de forma precária, em razão das estruturas comprometidas e de problemas eletromecânicos.

Também foi substituída a antiga tubulação interligada à Elevatória Hípica por uma de 600 mm de aço, para que a obra não se limitasse a mais um reparo, mas contemplasse a implantação de um trecho de rede nova, que contribuiu para pôr fim aos vazamentos de esgoto no local. A revitalização dos sistemas de bombeamento que mantêm ativo o cinturão de proteção da Lagoa Rodrigo de Freitas passou a operar com 100% da sua capacidade, evitando o lançamento indevido de 216 mil litros de esgoto por hora.

Todo o trabalho realizado pela concessionária é feito em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, associações de moradores locais e Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que fiscaliza o despejo irregular de esgoto na rede pluvial em toda a Zona Sul. A participação de todos esses atores possibilitou também a recuperação do canal Lineu de Paula Machado, conectado à lagoa.

Para debater os resultados e a situação da lagoa, a Águas do Rio realizou o seminário “Mergulhando na Lagoa”, que contou com a presença de membros do CBH Baía de Guanabara. Na avaliação do superintendente da Águas do Rio e coordenador do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas, Sinval Andrade, aos poucos a lagoa vai se recuperando. “Com as ações de recuperação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário, a empresa progressivamente vai garantindo maior estabilidade ambiental e o florescimento da vida no

ecossistema da Lagoa Rodrigo de Freitas”. Ainda segundo ele, em pouco tempo, peixes, caranguejos, caviaras e todo tipo de pássaro vêm se multiplicando nesse ecossistema e na área de manguezal.

Monitoramento quali-quantitativo

Um outro destaque do ano de 2023 para o Subcomitê foi a identificação de despejo de esgoto por meio do monitoramento quali-quantitativo do CBH Baía de Guanabara. A Associação de Moradores do Alto Gávea (Amalga), em relatórios mensais, constatou grave degradação do Índice de Qualidade da Água (IQA) na baía do Rio Rainha.

A partir do resultado, a Patrulha Ambiental do Rio de Janeiro e a concessionária Águas do Rio foram acionadas e foi detectada uma fissura na tubulação de esgoto, na área da Rua Duque Estrada.

A queda na qualidade da água foi percebida entre os pontos R3a e R12, trecho em que o rio corre da Rua João Borges até o Planetário do Rio de Janeiro. Nesses pontos, a qualidade deveria ser boa, pois a água vem das nascentes do Rio Rainha, localizadas no Parque da Cidade, e passa apenas por áreas de ocupação formal.

O reparo na fissura foi realizado, mas o fato acende um alerta para a importância do acompanhamento do relatório de monitoramento, que disponibiliza os dados de forma pública no site.



Luiza Bragança



GIRO PELA BAÍA

SUBCOMITÊ LESTE

DEBATES E EVENTOS FORAM DESTAQUES DURANTE O ANO



O Subcomitê Leste foi responsável por inúmeras ações em 2023, como a promoção do 1º Encontro Técnico Sobre Alternativas de Abastecimento Hídrico da Região Leste da Baía de Guanabara e a participação no I Congresso Nacional de Manguezais (CONMANGUE 2023).

Realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o debate técnico se deu nos dias 8 e 9 de agosto e contou com a presença de representantes dos municípios do Leste Metropolitano, gestores e membros do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

Porta-voz do Sistema Imunana-Laranjal, Jorge Muniz expôs a atuação do Grupo de Trabalho que promove Rodas de Conversa sobre Segurança Hídrica no Leste da Baía de Guanabara e apontou os principais desafios e proposições em prol do abastecimento na região.

O coordenador do Subcomitê Leste, Elielson Silva, relata o principal desafio da gestão hídrica na região. “Nosso maior desafio é articular e unir esforços, de forma a promover a participação de todos os segmentos no debate, compartilhar a tomada de decisão de forma democrática e transparente, intermediar os conflitos e realizar ações na política de gestão da água para o desenvolvimento sustentável da Região Leste e este evento é uma demonstração disso.”

Na mesma direção, outro destaque foi a participação de representantes do CBH Baía de Guanabara na 1ª edição do CONMANGUE, realizado entre os dias 17 e 20 de julho, em Niterói. Em meio à troca de experiências entre academia, sociedade civil, ONGs, comunidades tradicionais e poder público, foram apresentadas iniciativas bem-sucedidas de preservação dos manguezais e como elas contribuem para todo o ecossistema.

O diretor-técnico do CBH Baía de Guanabara e coordenador do Subcomitê Leste, Halphy Rodrigues, exibiu o trabalho e os investimentos do Comitê, principalmente no eixo leste. “Estamos atentos a todo esse trecho, da nascente ao mangue, e nossa preocupação é recuperar e preservar esses ecossistemas”, salientou.

Por fim, a coordenadora do Subcomitê Leste, Andresse Maria Gnoatto, enfatizou a importância de envolver ativamente as comunidades que dependem do ecossistema. “Esse encontro é importante por trazer os saberes das comunidades tradicionais, que vivem do manguezal e dependem desse ecossistema para a sua sobrevivência. Precisamos inseri-los cada vez mais nos debates a respeito dos nossos recursos hídricos”, disse.



Antônio Miguéis

Luiza Bragança

RIO UBATIBA

GIRO PELA BAÍA

SUBCOMITÊ MARICÁ-GUARAPINA

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SITUAÇÃO DO SISTEMA LAGUNAR FOI DESTAQUE EM MARICÁ

O ano de 2023 no subcomitê Maricá foi marcado pela articulação de projetos e debates sobre a despoluição do sistema lagunar. Dentre as atividades do ano, reuniões com a prefeitura e audiências públicas merecem ser destacadas.

Uma das audiências públicas foi realizada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e tratou da situação do sistema lagunar de Maricá e do impacto da falta de saneamento para as lagoas da região e, conseqüentemente, para os moradores.

A cidade de Maricá registrou significativa expansão na última década, devido aos royalties do petróleo, que atraíram novos negócios e moradores. De acordo com o Censo 2022, do IBGE, a cidade soma mais de 197 mil habitantes – número 55% superior ao registrado em 2010.

Entretanto, a oferta de serviços de saneamento básico não acompanhou o crescimento da população. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, apenas 12% dos moradores de Maricá contam com serviços de esgotamento sanitário em suas residências.

A maior parte do esgoto in natura é despejado nas lagoas, o que ocasiona problemas de saúde para os pescadores, como afirma a coordenadora do Subcomitê Maricá, Flávia Lanari. “Os pes-

cadores convivem atualmente com problemas de pele, entre outros malefícios à saúde, pois pisam diariamente em um tapete de esgoto in natura, que tem sido lançado nas lagoas por muitas décadas.”

Em 2018 a Prefeitura de Maricá assinou um Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação – assinado juntamente com a Cedae em 2008 –, que reviu os termos pactuados anteriormente, que fez retornar exclusivamente ao Município a responsabilidade pelos serviços de coleta, transporte, tratamento do esgoto e destinação final dos efluentes tratados. A previsão é que até 2028 o serviço de saneamento básico esteja disponível em toda a cidade.



Luiza Bragança

ATERRO SANITÁRIO DE JARDIM GRAMACHO

REBIO DO TINGUÁ

GIRO PELA BAÍA

SUBCOMITÊ OESTE

SITUAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE JARDIM GRAMACHO E AMPLIAÇÃO DA REBIO DO TINGUÁ FORAM TEMAS DO SUBCOMITÊ EM 2023



Diego Miranda



Diego Miranda

No ano de 2023, pautas relacionadas à preservação do ecossistema foram destaque no Subcomitê Oeste, principalmente as que tratam de infraestrutura verde e funcionamento dos aterros sanitários.

Em fevereiro, o Comitê recebeu o aceite do INEA para estudo de proposta de ampliação das unidades de conservação estaduais no entorno da Reserva Biológica do Tinguá (REBIO Tinguá). Elaborado pelo Comitê, com participação destacada de seus membros, o estudo propõe a criação de um corredor verde entre a REBIO e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, para maior proteção desses remanescentes da Mata Atlântica.

Além disso, o combate ao despejo irregular de lixo tem sido uma constante na região.

Aterros sanitários

Considerado o maior manguezal da Baía de Guanabara, o Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, fica a apenas 30 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. O local funcionou como aterro por mais de três décadas e, mesmo após a sua desativação, em 2012, continua sofrendo com o impacto do descarte irregular de lixo.

A proximidade do bairro de Jardim Gramacho com a capital carioca e uma taxa cobrada por tonelada de lixo descartado em aterros legalizados tornaram frequente o despejo clandestino no local. Além dos impactos social e ambiental, urubus e outras aves atraídos pelo aterro representam risco ao tráfego aéreo do aeroporto internacional do Rio de Janeiro, localizado do outro lado do espelho d'água da Baía de Guanabara.

Ecossistema

Os manguezais são locais de reprodução de animais como peixes e crustáceos e desempenham papel fundamental no equilíbrio de rios e mares. Após um intenso trabalho de revitalização realizado na região, o manguezal começou a apresentar sinais de recuperação, e o chorume passou a dar espaço a aves e crustáceos.

Barreira sanitária

Em setembro do ano passado, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a Secretaria de Estado de Polícia Militar, em parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias, por meio das Secretarias de Segurança Pública e Meio Ambiente e Proteção Animal, lançaram a Operação Barreira Sanitária da Baía de Guanabara. O objetivo da ação foi impedir o despejo clandestino de resíduos nos lixões de Jardim Gramacho e eliminar os pontos de descarte.

COMITÊS DE MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES DE ÁGUA E ESGOTO SE ORGANIZA PARA DAR INÍCIO A ATIVIDADES

FORMADO POR REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL, O GRUPO IRÁ MONITORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS



Rodrigo Valente

A presidência dos blocos dos comitês de monitoramento das concessões dos serviços de água e esgoto do Rio de Janeiro se organiza para iniciar as atividades. Dividido em quatro blocos formados por representantes da sociedade civil, os comitês irão monitorar a qualidade do serviço prestado pelas concessionárias privadas, que têm contratos de 35 anos com o Governo do Rio de Janeiro.

São elas no bloco 1 a empresa Águas do Rio 1, e no bloco 4 a empresa Águas do Rio 4, ambas do Consórcio AEGEA. O bloco 2 a empresa Iguá do Consórcio Iguá Saneamento e no bloco 3 pela Empresa Rio Mais Saneamento do grupo Águas do Brasil.

Os comitês de monitoramento são um dos espaços de que a sociedade civil dispõe para ter controle sobre a prestação de serviços públicos. Assim sendo, participar do processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário fará parte das atividades dos comitês de monitoramento das concessões dos serviços de água e esgoto.

O membro do CBH Baía de Guanabara, presidente da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-RIO) e presidente do bloco 1, Licínio M. Rogério, destaca a importância de representar a sociedade civil. “Vamos continuar realizando reuniões integradas e monitorando a qualidade e o fornecimento de água para que o sistema passe a fun-



cionar. Queremos que todos os usuários tenham voz, porque tudo isso é feito para atendê-los”, afirma.

À frente do bloco 2 está o membro da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, Eduardo Figueira. Ele diz que o comitê ainda está em fase de organização e aponta a principal dificuldade enfrentada pelos líderes nesse período. “O comitê ainda está se estruturando para que possamos monitorar a execução do que foi acordado e cobrar das empresas, além de dar um retorno para a sociedade e a mídia. Nesse primeiro momento, nosso desafio é formar um time de voluntários alinhados à proposta e criar condições para que essas pessoas possam trabalhar”, explica.

O presidente da Associação de Moradores e Amigos de Vigário Geral e diretor de habitação da FAM-RIO, João Ricardo de Mattos Serafim, que tem como alvo o contrato com a empresa Rio Mais Saneamento.

Enquanto no bloco 4 está presidido pela pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Adriana Sotero Martins, também integrante da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde. Ela fala das expectativas sobre o trabalho do comitê: “Esperamos que o governo do Rio de Janeiro entenda a importância dos comitês e apoie suas ações, por meio de dotação orçamentária específica, para que os trabalhos possam ser feitos adequadamente, de forma objetiva e técnica”, diz.

AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO

CBH BAÍA DE GUANABARA DESTINARÁ R\$ 10 MILHÕES À AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO QUALI-QUANTITATIVO DE ÁGUA. NOVA FASE DO PROGRAMA IRÁ MONITORAR O ESPELHO D'ÁGUA DA BAÍA DE GUANABARA, A FOZ DOS RIOS E OS CANAIS QUE NELA DESAGUAM

O que é o monitoramento quali-quantitativo?

Desde outubro de 2021, o CBH Baía de Guanabara realiza o monitoramento em 93 pontos distribuídos ao longo dos corpos d'água da RH-V. O programa acompanha 13 parâmetros de qualidade, dos quais 10 são determinantes para mensurar o índice de qualidade da água (IQA), além da medição de vazão em 50 pontos. Com investimento de R\$ 2.293.350,00, será possível analisar a realidade hídrica dos 17 municípios inseridos, parcial ou totalmente, na região hidrográfica.

Em 2023, o programa recebeu o Prêmio Prosegh, entregue durante o Seminário Estadual de Saneamento e Meio Ambiente (SANEARio 2023). A chancela reconhece instituições e iniciativas que contribuem para a segurança hídrica fluminense e para a disponibilidade de água da população.

O diretor-técnico do CBH Baía de Guanabara, Halphy Rodrigues, destaca as metas do Comitê e a importância do monitoramento para a região hidrográfica. "Enquanto Comitê de Bacia Hidrográfica, temos metas a cumprir, como o enquadramento dos nossos corpos hídricos, a implementação de projetos de recuperação ambiental e de produção de água. O nosso monitoramento é de suma importância para identificar necessidades e fragilidades, os pontos a melhorar e, a partir daí, as iniciativas que serão possíveis de levar adiante com os investimentos do Fundo de Recursos Hídricos."



Descobrir a origem da poluição da Região Hidrográfica V e conhecer a realidade hídrica do território, com o intuito de subsidiar tomadas de decisão sobre a água, são os objetivos do programa de monitoramento quali-quantitativo do CBH Baía de Guanabara.

Uma das novidades é o investimento de R\$ 10 milhões para a execução de estudos ambientais e ampliação do programa já realizado no território desde 2021. O objetivo é identificar a origem da poluição e da contaminação da água e quantificar as cargas poluidoras, como forma de aperfeiçoar a gestão dos recursos hídricos da bacia, potencializando os resultados alcançados por meio da aplicação mais assertiva dos recursos investidos pelo Comitê. A previsão é que os trabalhos de ampliação comecem em abril e se estendam por 18 meses.

Nessa nova fase do programa, serão monitorados 49 pontos que irão contemplar o espelho d'água da Baía de Guanabara, a foz dos rios e os canais que nela desaguam. Ao todo, serão medidos 78 parâmetros de qualidade da água, por meio de coletas periódicas de amostras. Também serão feitas análises laboratoriais de qualidade da água e será realizado um monitoramento do crescimento de flora nociva com o uso de satélite.

De acordo com o coordenador do Grupo de Trabalho de Monitoramento do Comitê, Daniel Bicalho, o investimento é inédito no Brasil e serão avaliados os tipos de contaminação ao longo da bacia. "Em todo o território da RH-V, vamos avaliar uma série de parâmetros, como contaminação por esgoto sanitário, descargas industriais, volume de agrotóxicos e, por fim, identificar a função de cada rio da região."



Confira a entrevista sobre a ampliação do monitoramento para a Rádio Manchete

O GRANDE ASSUNTO

O GRANDE ASSUNTO

Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, and monthly IQA from jan/21 to dez/22. It lists 13 stations and their corresponding IQA values over time.

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, monthly IQA from jan/23 to out/23, and Média. It lists 13 stations and their monthly IQA values along with an average.

Subcomitê Oeste

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, and monthly IQA from out/21 to dez/22. It lists 23 stations and their corresponding IQA values over time.

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, monthly IQA from jan/23 to out/23, and Média. It lists 23 stations and their monthly IQA values along with an average.

Excelente Boa Média Ruim Muito Ruim

Subcomitê Leste

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, and monthly IQA from out/21 to dez/22. It lists 23 stations and their corresponding IQA values over time.

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, monthly IQA from jan/23 to out/23, and Média. It lists 23 stations and their monthly IQA values along with an average.

Subcomitê Lagoas Itaipu e Piratininga

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, and monthly IQA from out/21 to dez/22. It lists 12 stations and their corresponding IQA values over time.

Table with columns: Estação, Corpo Hídrico, Município, monthly IQA from out/21 to out/23, and Média. It lists 12 stations and their monthly IQA values along with an average.

Excelente Boa Média Ruim Muito Ruim

PRESENÇA DO CBH BAÍA DE GUANABARA NO XXV ENCOB



A atuação do CBH Baía de Guanabara em 2023 foi marcada por momentos especiais, como a participação no XXV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), um dos eventos de maior relevância sobre gestão dos recursos hídricos do país. Com o tema “Águas do Brasil: Governança, Adaptação e Desenvolvimento”, esta edição foi realizada entre os dias 21 e 25 de agosto, em Natal (RN).

Para a diretora-presidente do CBH Baía de Guanabara, Adriana Bocaiuva, o evento superou todas as expectativas. “Voltamos do ENCOB com as baterias recarregadas e com muita inspiração para colocarmos em prática a mudança que desejamos para o mundo.” relata Adriana. Membros do Comitê apresentaram trabalhos e cases da região hidrográfica e conduziram treinamentos relacionados ao tema do evento.

A coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEM), Jacqueline Guerreiro, foi facilitadora da capacitação sobre água e educação ambiental. Já Mauro Pereira, integrante do Comitê, foi responsável por conduzir a jornada de capacitação sobre a importância da participação e empoderamento da juventude, visando alcançar o item 6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que prevê o acesso à água potável e tratamento de esgoto a todos.

Mauro também se destacou ao participar como representante da ONU na América Latina da oficina sobre o Aquífero Guarani. Ele reforçou a necessidade de governança e monitoramento das águas que ultrapassam as fronteiras do país, visto que a extensão de uma das

maiores concentrações de água subterrânea do continente ocupa parte dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil.

Outra ação relevante foi a apresentação de um trabalho assinado pela também integrante do Comitê Rejany Ferreira dos Santos. Intitulado “Tecnologias sociais em saneamento e saúde como medidas de despoluição da Baía de Guanabara: ações na microbacia do Complexo do Alemão”, o estudo consiste no desenvolvimento de um projeto de despoluição da água na sub-bacia hidrográfica do Canal do Cunha.

Além disso, o Grupo de Trabalho sobre Chorume (GT Chorume), do CBH Baía de Guanabara, foi destaque no evento, sendo apresentado como um caso de sucesso na gestão das águas.

Gestão hídrica fluminense em pauta

O Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) contribuiu para a organização do ENCOB 2023 e participou do programa #Falacomitês, realizando mais de 200 entrevistas com membros de comitês de todo o Brasil.

O Grupo de Trabalho de Gerenciamento Costeiro do FFCBH promoveu um encontro entre membros de diversos comitês de bacia, para tratar da integração entre gestão hídrica e gerenciamento costeiro no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O próximo ENCOB será realizado em 2025, no estado do Espírito Santo.

GRUPO DE TRABALHO DE INTEGRAÇÃO COSTEIRA PRETENDE ARTICULAR A GESTÃO HÍDRICA E O GERENCIAMENTO COSTEIRO

COLETIVO FLUMINENSE TEM COMO OBJETIVO PLANEJAR AÇÕES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS COMITÊS LITORÂNEOS

Com cerca de 1.160 km de linha de costa, abrangendo 33 municípios, a Zona Costeira do Rio de Janeiro abriga 83% da população e representa 40,1% de todo o território fluminense. Apesar disso, o Rio de Janeiro é o único estado do sudeste brasileiro que não tem uma Política Estadual de Gerenciamento Costeiro para garantir a preservação de seus recursos hídricos a longo prazo.

A gestão costeira ainda é pouco discutida e suas atividades e a importância delas para a qualidade do ambiente são subestimadas pelas instituições. Por esse motivo foi proposta a criação de uma Câmara Técnica Costeira no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), durante o 10º Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro (ECOB), realizado em Vassouras (RJ), em 2022. O objetivo é alinhar os interesses e conflitos existentes entre as prestações de serviços e a utilização sustentável dos recursos, por meio do planejamento de ações, da troca de experiências e da oferta de capacitações sobre a articulação entre gestão de recursos hídricos e gerenciamento costeiro para os membros dos comitês de bacias hidrográficas.

A diretora-presidente do CBH Baía de Guanabara e coordenadora do FFCBH, Adriana Bocaiuva, destaca a importância dessa aproximação entre os comitês fluminenses para a troca de experiências sobre a articulação entre a gestão hídrica e o gerenciamento costeiro. O estado conta com experiências relevantes dessa articulação, como é o caso do Projeto BIG, executado pelo comitê da Baía da Ilha Grande, e a recuperação das lagoas na Região dos Lagos, executada pelo Comitê da Bacia Lagos São João.

Próximos passos

A integração entre os seis comitês litorâneos do Rio de Janeiro é fundamental para a elaboração e implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. O primeiro passo é a promoção de capacitações, em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), para os membros dos comitês. Além disso, programas de incentivo e ações de educação ambiental para os municípios litorâneos devem ser desenvolvidos para garantir uma gestão integrada e eficiente da costa fluminense.

Na avaliação do diretor-presidente do CBH da Baía da Ilha Grande, Luís Paulo Silva do Nascimento, o avanço dessa ação é essencial para o alinhamento das demandas e desafios de cada comitê. Ainda de acordo com ele, o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro precisará contemplar programas de fomento para os municípios litorâneos e ferramentas de controle e ações de educação ambiental para garantir o equilíbrio da gestão integrada da costa fluminense. “Mesmo sendo um CBH 100% costeiro, não temos um grupo de trabalho que trate dessa questão. Portanto, sentimos a necessidade de ter instrumentos eficazes de gestão e uma legislação que, de fato, promova o gerenciamento costeiro”, destaca.

Já o diretor-presidente do Comitê da Bacia Lagos São João, Eduardo Pimenta, acredita que a integração entre todos os comitês de bacia do Rio de Janeiro, mesmo os que não são banhados pelo mar, será fundamental para a elaboração e implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. “Ao implantar um programa de gerenciamento costeiro integrado, teremos condições de harmonizar todos os interesses e conflitos existentes entre as prestações de serviços e a utilização sustentável dos nossos recursos. Isso é muito importante para toda a população”, afirma.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

POR JACQUELINE GUERREIRO

Coordenadora da Câmara Técnica de Educação e Mobilização (CTEM)

A Educação Ambiental desenvolvida no CBH Baía de Guanabara está orientada por políticas públicas estruturantes de Educação Ambiental e Recursos Hídricos, especialmente das orientações dos processos formativos da Agência Nacional de Águas. É necessário o envolvimento de todos os atores sociais, de forma participativa levando em consideração a realidade da Região Hidrográfica, para que as ações sejam mais pertinentes e alinhadas às ações nos territórios.

No Plano Nacional de Recursos Hídricos, a educação ambiental é considerada uma ferramenta de formação do pensamento crítico de indivíduos e grupos sociais, da sua correlação com o seu território e com o ecossistema em que está inserido. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) tem a Resolução nº 98/2009, que estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação ambiental, a partir de um contexto humanista e democrático, em que é considerada a interdependência entre o ambiente socioeconômico e cultural e o meio natural, a partir da premissa da sustentabilidade.



Arquivo pessoal

Além disso, as resoluções do CNRH sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas (Resolução nº 5/2000) e os Planos de Bacia (Resolução nº 17/2001) preveem o desenvolvimento de estratégias e o apoio às iniciativas de educação ambiental.

Em nível estadual, no Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, a educação ambiental é orientada para atividades de prevenção a desastres naturais e preservação de corpos hídricos. No mesmo plano, é garantido que o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FE-CAM) contemple projetos de educação ambiental no estado.

Tendo em vista o contexto dos comitês fluminenses, já foram realizadas diversas ações para a elaboração dos planos de educação ambiental nos comitês. Como destaques de outros comitês, estão as experiências do processo formativo do GTEA no CBH do Médio Paraíba do Sul, em 2019, e a construção do Plano de Educação Ambiental do CBH Guandu, em 2022.

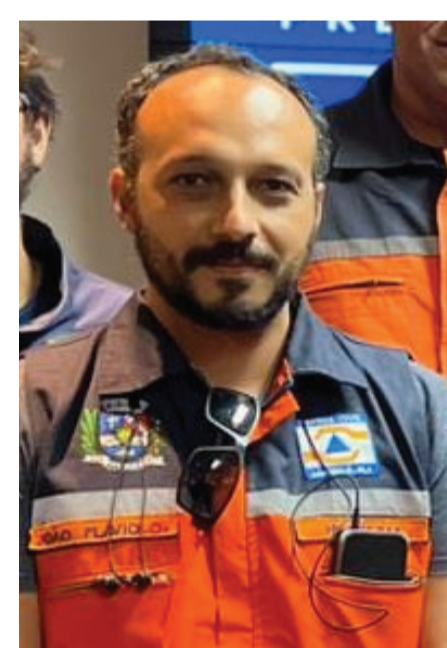
O percurso do CBH Baía de Guanabara relacionado ao tema foi árduo, pois houve a necessidade de sensibilização, a criação de uma Câmara Técnica específica, ações de planejamento estratégico e previsão de investimentos. A caminhada perpassa por diversas atividades formativas na Câmara Técnica em diálogos com a diretoria do Comitê.

Em 2018, a proposta de discussão do Plano de Educação Ambiental foi encaminhada aos integrantes da Câmara Técnica de Educação e Mobilização (CTEM), em atendimento às orientações da diretoria – o que ocorreu novamente em 2021. Durante esse percurso, o Comitê também pautou a educação ambiental como instrumento pedagógico no curso “Panorama da Educação Ambiental no Rio de Janeiro. Fortalecendo os CBHs” e seus integrantes participaram de vários encontros e rodas de diálogos.

Em 2023, o CBH Baía de Guanabara aprovou, por Meio da CTEM, as Diretrizes de Educação Ambiental do Comitê, que serão as bases para a elaboração do Plano de Educação Ambiental e está realizando investimentos em projetos de educação ambiental nos territórios – cada subcomitê receberá um aporte para apoio a ONGs e iniciativas semelhantes.

As ações do Comitê têm como premissa a concretude e a formação crítica do indivíduo e de grupos sociais quanto ao cuidado com o meio ambiente. A educação ambiental na perspectiva dos recursos hídricos deve significar transformação na relação entre os indivíduos e grupos sociais com relação à importância de uma gestão sustentável da água. Por isso, chamo a todos para participarem das nossas ações de educação ambiental. Afinal de contas, a água é direito fundamental e devemos nos conscientizar para garanti-la em qualidade e abundância para todos.

IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS RECURSOS HÍDRICOS



POR JOÃO FLÁVIO WERNECK

diretor administrativo do CBH Baía de Guanabara e representante da Secretaria de Proteção e Defesa Civil de Maricá – SEPDEC no Comitê

Mudanças climáticas podem ser explicadas como alterações no clima causadas pela natureza e pela ação humana. A cada ano aumenta a incidência de eventos hidrológicos extremos, como as secas, que impactam o abastecimento de água e ameaçam a conservação dos corpos hídricos. Considerando apenas a Região Hidrográfica V, que abriga a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e os sistemas lagunares de Maricá e Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, as mudanças climáticas afetam a vida de cerca de 8,5 milhões de pessoas.

O aquecimento global, fenômeno que vem sendo acelerado pela ação humana ao longo dos anos, provoca mudanças climáticas intensas. O aumento da temperatura eleva as taxas de evaporação e precipitação das águas de modo imprevisível e faz com que algumas regiões se tornem mais úmidas e outras extremamente secas.

Além dos impactos sociais, esse cenário coloca à prova os modelos de gestão dos órgãos governamentais responsáveis por gerir o território e seus recursos naturais. Para enfrentar as mudanças climáticas de forma eficaz, é necessário adotar medidas em todos os níveis de governo, em conjunto com a sociedade

civil. O gerenciamento dos recursos hídricos deve alinhar as demandas econômicas, ambientais e sociais, evitando conflitos e garantindo o uso da água a longo prazo.

A diretoria colegiada do Comitê tem como missão buscar soluções para esses problemas, estabelecendo parcerias com o poder público e a sociedade civil organizada. Além disso, temos como função estimular iniciativas que promovam o ordenamento territorial, visando garantir recursos hídricos em quantidade e qualidade adequados e o aumento da resiliência das cidades.

UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NA RH-V

COMITÊ INVESTE EM SOLUÇÕES PARA SANEAMENTO NO TERRITÓRIO; EM 2023, FORAM INVESTIDOS R\$ 11 MILHÕES EM PROJETOS DOS MUNICÍPIO



Rodrigo Valente

Ações do Comitê em saneamento

Em 2023, foram investidos mais de R\$ 11 milhões em projetos de saneamento ao longo da RH-V. Um dos destaques mais recentes foi a realização do relatório da cobertura da concessão do serviço de saneamento básico na RH-V, que mapeou a abrangência da prestação do serviço em toda a região, por meio de documentos das concessionárias, das prefeituras e do IBGE. O relatório irá auxiliar na elaboração do edital de saneamento alternativo do Comitê, que, no momento, está na fase de elaboração do termo de referência.



confira o relatório na íntegra

Além disso, está em andamento uma parceria entre o Comitê e a Prefeitura de Niterói para a elaboração do projeto executivo de sistemas alternativos de esgotamento sanitário em 172 lotes que margeiam o alto curso do Rio Jacaré. Será contratada uma empresa para a elaboração de projetos de saneamento alternativo no local. A iniciativa está em fase de trâmites documentais entre Comitê e Prefeitura para que possa ser viabilizada.



Luiza Bragança

O acesso à água de qualidade e serviços de saneamento básico é direito de todos os cidadãos, garantido pela Constituição Federal e pela Lei nº 11.445/2007. Além disso, a universalização do acesso serviço é meta do novo Marco Legal do Saneamento, instituído em 2020 no Brasil, e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo assim, muitos brasileiros ainda convivem com a falta de saneamento, que, conseqüentemente, acarreta doenças e resulta em má qualidade de vida.

De acordo com o 15º Ranking do Saneamento (2023), produzido pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água potável e por volta de 100 milhões de pessoas não contam com serviços de coleta de esgoto. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, apenas 51,2% do esgoto gerado no Brasil é tratado, ou seja, mais de 5,5 mil piscinas olímpicas de esgoto são despejadas na natureza, impactando rios, mares e espécies aquáticas.

Tendo em vista esses dados alarmantes em nível nacional, o CBH Baía de Guanabara tem realizado investimentos e ações que apoiem o acesso ao saneamento aos moradores das 17 cidades contempladas pela Região Hidrográfica V (RH-V).

“Em um país no qual grande parte da população sofre com a falta de saneamento, mesmo com as metas previstas no Marco Legal do Saneamento, são grandes as carências. Nesse sentido, de forma complementar à atuação do governo e das concessionárias, iniciativas pontuais do Comitê, em áreas sensíveis do seu território, ajudarão a reduzir os problemas relacionados à coleta de esgoto”, destaca o coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental (CTSAM) do CBH Baía de Guanabara, Marcos Basbaum.



Confira a composição da CTAM no Comitê

MONITORAMENTO E ECOB: AS PRIORIDADES DO COMITÊ PARA O ANO DE 2024



Luiza Bragança

Em 2023, o CBH Baía de Guanabara atingiu sua maioridade, marcada por ações, projetos e investimentos que visam à preservação dos corpos hídricos da Região Hidrográfica V (RH-V). Além disso, durante o ano, o Comitê reforçou o seu espaço de articulação na gestão dos recursos hídricos da região.

Para 2024, o Comitê tem como prioridade a ampliação do monitoramento quali-quantitativo, que terá investimentos de aproximadamente R\$ 10 milhões, e o Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas (ECOB 2024). O ECOB será realizado entre os dias 17 e 20 de abril, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. A organização será feita pelo Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH), que conta com o CBH Baía de Guanabara na presidência.



Para a diretora-presidente do Comitê, Adriana Bocaliua, também coordenadora do FFCBH, o ECOB será a oportunidade de os comitês de bacias fluminenses trocarem experiências sobre a situação de cada região e fortalecerem a gestão hídrica. “Será uma imensa alegria sediar o ECOB em 2024, pois o momento propiciará uma troca qualificada de informação e experiências acerca de cada região hidrográfica fluminense. Tenho a expectativa de que será uma oportunidade de nos fortalecermos em prol da gestão hídrica no nosso estado.”

Outras ações previstas para 2024 dizem respeito aos planejamentos que vão nortear os trabalhos do Comitê a longo prazo, como a consolidação das diretrizes de educação ambiental e a finalização da revisão do Plano de Bacia, que será a primeira desde sua redação original, em 2005. Dessa vez, o Plano contemplará as sub-regiões hidrográficas lagunares do Comitê (Maricá-Guarapina, Itaipu/Piratininga, Lagoa Rodrigo de Freitas e Jacarepaguá).



As pautas ligadas à sustentabilidade ambiental também serão destaque durante o ano, pois uma das metas é avançar na incorporação de dados relativos às mudanças climáticas de forma transversal em todos os instrumentos de gestão do território. Além disso, outra meta para 2024 é dar prosseguimento aos estudos para ampliação de áreas de proteção ambiental ao longo da Baía de Guanabara, como a REBIO do Tinguá e a APA Guapimirim. Essas ações estão relacionadas ao escopo do trabalho do Comitê, que é promover a conservação, recuperação e a sustentabilidade ambiental dos recursos naturais.

Além do ECOB, outros eventos marcarão o ano de 2024 e o Comitê pretende estar presente para levar a gestão dos recursos hídricos ao centro do debate, como o ERCOB, que será realizado em Belo Horizonte (MG), e a reunião do G20, em novembro, no Rio de Janeiro.

A diretora-presidente afirma que será um ano de muito trabalho. “Para o Comitê, o ano de 2024 será de muito trabalho, luta e resiliência em prol da Baía de Guanabara, e vamos perseverar em favor da garantia de água em quantidade e qualidade necessárias ao abastecimento de nossa região e colocar os recursos hídricos no centro do debate.”



Caio Salles/Projeto Verde Mar

A BIODIVERSIDADE RESISTE



Projeto Aruanã - Foto Caio Sale

A Baía de Guanabara é considerada o berço da biodiversidade no Brasil. Por contar com vários ecossistemas, como mangues, florestas alagadas, rios e águas oceânicas, nela são encontradas diversas espécies animais, como botos, tartarugas-marinhas, caranguejos, aves e felinos. E, mesmo com a poluição desenfreada causada pela urbanização, o que culminou na ameaça de extinção de algumas delas, várias sobrevivem.

Em toda a região, projetos de conservação animal promovem pesquisas sobre comportamento, levantam dados quantitativos e fornecem habitat adequado à sobrevivência animal. Além disso, são realizados registros fotográficos que comprovam a resiliência das espécies e a importância de preservar as diversas formas de vida na Baía.

Cavalos-marinhos

Pertencente à família Syngnathidae, do gênero Hippocampus, os cavalos-marinhos são peixes ósseos comuns em águas costeiras. No Brasil, as espécies mais comuns são o Cavalo-marinho-do-focinho-curto (*Hippocampus erectus*), Cavalo-marinho patagônico (*Hippocampus patagonicus*) e Cavalo-marinho-do-focinho-longo (*Hippocampus reidi*) - este é comum no Rio de Janeiro.



Arquivo Projeto Cavalos-Marinhos/RJ



Arquivo Projeto Cavalos-Marinhos/RJ

pesquisas e atividades de educação ambiental voltadas à preservação da espécie na Baía de Guanabara desde 2010 e, notadamente, as populações vêm apresentando crescimento, segundo a bióloga, professora da Universidade Santa Úrsula e doutora em ecologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Natalie Freret-Meurer, idealizadora da iniciativa. “A pesquisa de monitoramento das populações naturais tem mostrado esse aumento da população de cavalos-marinhos para a boca da Baía de Guanabara.”

Ainda de acordo com Natalie, parcerias estão sendo firmadas para a ampliação do projeto. “Recentemente, por meio de uma parceria com a Petrobras e o late Clube do Rio de Janeiro, o projeto pode expandir sua atuação para o fundo da Baía, monitorando, inclusive, o Arquipélago de Paquetá. “Isso é extremamente importante, pois os cavalos-marinhos correm o risco de desaparecerem do nosso litoral. A captura para o comércio é uma das principais causas, e o projeto busca incentivar as pessoas a se manter vigilantes e não contribuir com essa prática”, acrescenta a bióloga e doutora em Ecologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Projeto Aruanã - Foto Caio Sale

Tartarugas

As tartarugas marinhas são répteis presentes no planeta desde, aproximadamente, o período Jurássico. Fisicamente, seus membros muito se assemelham a nadadeiras, que as auxiliam a nadar e se manter por longos períodos dentro da água.

No Brasil, são encontradas apenas cinco espécies, que, infelizmente, estão ameaçadas de extinção. Para a conservação das tartarugas-marinhas, o Projeto Aruanã realiza pesquisas científicas e ações de sensibilização social na Baía de Guanabara e regiões costeiras adjacentes, a fim de envolver a sociedade civil na proteção dos ambientes marinhos costeiros. O proje-

to também monitora a espécie e pesquisa o seu comportamento.

A coordenadora geral do Projeto Aruanã, Suzana Guimarães, doutora em biologia marinha pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ressalta a importância da iniciativa para a preservação do ambiente marinho. "Vivemos, atualmente, a Década do Oceano e precisamos mostrar a todos a importância vital que esse ambiente possui. Atuamos em uma região que sofre muito com as ações humanas e a identificação dos locais habitados por tartarugas marinhas e das ameaças que elas estão sofrendo, além da sensibilização do público, por meio de educação ambiental, tem angariado resultados muito positivos."

Do mar para a terra: espécies felinas na região da Baía de Guanabara

Considerada extinta na região, a onça-parda (Puma concolor) é o segundo maior felino do Brasil, perdendo apenas para a onça-pintada. No fim de 2021, na região de Maricá, foi encontrado um indivíduo da espécie, o que renovou as esperanças de que outras onças-pardas venham a ser localizadas.

O fato, inclusive, motivou o lançamento, em junho de 2023, do projeto Onças Urbanas, realizado em parceria com o BioParque do Rio. O projeto tem o intuito de mapear a espécie e conscientizar a comunidade do entorno em favor de sua preservação, como relata o coordenador do programa, o biólogo e pós-doutor em

Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Izar Aximoff. "O projeto Onças Urbanas tem o objetivo de conscientizar a população de que é possível animais e humanos viverem sem conflito nas grandes cidades. O objetivo é que o mapeamento nos permita elaborar uma publicação com todas as localidades onde as onças se encontram no estado."

Estão sendo montadas "armadilhas" fotográficas em unidades de conservação do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá, para que outras onças-pardas possam ser encontradas. Até então, apenas uma delas foi localizada, mas os registros já renderam fotos e vídeos de outras espécies raras, como o gato-do-mato e o gato-maracajá.



Izar Aximoff/Projeto Onças Urbanas

Aponte o celular no QR Code e assista aos vídeos



Onça parda



Onça parda



Gato do mato



Gato maracajá



Onça parda bebendo água

Fique por dentro de tudo o
que acontece no Comitê!

Acesse nosso site
comitebaiadeguanabara.org.br

Siga o **CBH Baía de Guanabara**
nas redes sociais

 @comitebaiadeguanabara

 /Comitê Baía de Guanabara

 @cbh_bg

 /company/comite-baia-de-guanabara

 Comitê Baía de Guanabara



Acompanhe
as novidades



CBH
BAÍA DE
GUANABARA

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá